

ATA N.º 25/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 2 DE NOVEMBRO DE 2016:

No dia dois de novembro de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** menciona que no seguimento do pedido de substituição, apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho, para o período de 2 a 30 de novembro de 2016, é a mesma substituída pelo Sr. António Manuel da Silva Braz, que foi convocado nos termos do nos termos do n.º 1 do art.º 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Anexos a esta Ata como documento n.º 1)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Autorização prévia nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)

PONTO 2 – Contrato de Comodato entre o Município e a Associação de Dadores de Sangue na freguesia do Poceirão, Associação de Pais do Agrupamento Marateca / Poceirão, Associação Social, Cultural e Desportiva «Os Trovões», Centro Social de Palmela, Fundação COI, e elemento do grupo informal denominado «Partilha de Saberes e Sabores»

PONTO 3 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – constituição de fundo de manei

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ARPIBA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, para a construção de equipamento social

PONTO 5 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo de Valdera

PONTO 6 – Protocolo de Cooperação no âmbito do Programa Municipal *"Viver Melhor, Viver com Autonomia"*

PONTO 7 – 3.ª Edição do Festival do Moscatel – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal

PONTO 8 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação – FIMOC. Requerente: Maria João Camolas Contente Caleira. Processo n.º FIMOC-2146/2016. Local: Rua Hermenegildo Capelo, n.º 97, em Palmela

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 6/2016, da reunião extraordinária de 22 de fevereiro de 2016.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção das Sras. Vereadoras Adília Candeias e Cristina Rodrigues, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Saudação (Rui Narigueta).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à apresentação da Saudação (Rui Narigueta):

SAUDAÇÃO (Rui Narigueta)

"Rui Narigueta, atleta Pinhalnovense de Duatlo e Triatlo, foi o 12.º classificado Elite no Campeonato do Mundo Powerman Longa Distância Duatlo, realizado em setembro, na cidade

de Zofingen, na Suíça. Trata-se de um excelente resultado internacional, em que Rui Narigueta afirmou o seu lugar entre os melhores do mundo nesta modalidade extremamente exigente.

Esta classificação veio coroar uma época de ouro para o atleta de 40 anos, que representa a equipa Garmin Clube Olímpico de Oeiras. Em 2016, Rui Narigueta foi vencedor absoluto e, em simultâneo, de Veteranos1 do Ranking Nacional de Duatlo Cross e sagrou-se Campeão Nacional Grupos de Idade (40-44 anos), conquistando, também, os segundos lugares no escalão Veteranos1 no Campeonato Nacional Individual de Duatlo e no Ranking de Duatlo Masculino 2016. Foi, ainda, o 5.º classificado do escalão Veteranos1 no Ranking de Triatlo Cross Masculino 2016.

Além das classificações individuais, obteve um 2.º lugar por equipas no Ranking da Taça de Portugal PORterra 2016.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, a 2 de novembro de 2016, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Rui Narigueta pela 12.ª posição Elite no Campeonato do Mundo de Duatlo e por uma época de grandes resultados, fazendo votos de que a próxima seja igualmente recheada de sucesso.»

Submetida a votação a Saudação (Rui Narigueta), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Ações de formação através da Academia da Proteção Civil** – O **Sr. Presidente** dá conhecimento de um projeto inovador do município que tem, entre outras missões e objetivos, um conjunto de ações de formação, ações de sensibilização junto de diversos públicos. Funciona, essencialmente, junto da comunidade, junto dos mais jovens (no caso dos estabelecimentos de ensino), mas também procura dar resposta a pedidos de formação em várias áreas que chegam das próprias associações de bombeiros do município. E a par de um apoio financeiro que recentemente foi trazido a reunião de câmara, para cada uma das associações, dá nota que também, por administração direta (porque o município tem formadores acreditados para o efeito), têm estado a decorrer, através da Academia da Proteção Civil, ações de formação junto das 3 corporações de bombeiros do concelho nas áreas de liderança e competências emocionais do líder, inteligência emocional no atendimento ao público e gestão de conflitos, motivação e gestão do stress.

O primeiro ciclo de formação decorreu hoje no final de outubro e conclui-se amanhã, 3 de novembro. Em dezembro haverá um segundo ciclo de ações, nos dias 6, 12 e 14, sempre neste espaço, tendo como principais destinatários dirigentes, comandos, chefias, coordenadores e encarregados de equipas. Além dos corpos de bombeiros participam nas ações elementos do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal.

• **Ponto de situação das candidaturas** – O **Sr. Presidente** refere que o município candidatou-se ao Fundo de Proteção de Recursos Hídricos para a obra de regularização da Ribeira da Salgueirinha, troço de Pinhal Novo; uma candidatura que entrou em abril de 2014, que foi aprovada em outubro de 2014. Prevê apoios do Fundo de Coesão na ordem dos 85%, 1.908.000,00 € cabendo o restante até aos 2.244.000,00 €, ou seja, cerca de “300 e tal mil euros” ao município. É um processo está em curso faz agora 2 anos, com muito trabalho. Já se conseguiram alterações à REN e atualizações do traçado da linha de água, são processos muito complexos, já há projeto (que já foi revisto várias vezes), e terminou o ciclo de contactos e negociações com dezenas de proprietários de várias dezenas de parcelas ao longo de toda a linha de água (a esmagadora maioria das quais bem sucedidas, havendo sempre uma minoria que vai requerer expropriação por utilidade pública, pelo que a autarquia terá de percorrer esse processo que já está em curso).

A câmara está quase em condições de poder começar a pensar no lançamento da empreitada, mas é preciso perceber estes dois anos de intenso trabalho, negociações com a Agência Portuguesa do Ambiente, com a CCDR por causa de alterações aos planos de ordenamento do território, de correções de traçados, de negociações. Mas há aqui um aspeto fundamental é que até ao momento presente, até esta hora, ainda não foi publicada a Portaria da extensão de encargos com a reprogramação financeira e, portanto, a autarquia aguarda da parte do gabinete do Sr. Ministro do Ambiente, a publicação da Portaria.

Continua, dando nota de outra candidatura importante ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), uma obra de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela. A candidatura foi submetida em janeiro deste ano. Ainda não há comunicação do resultado, mas o município está a trabalhar ativamente neste assunto: já foram feitas sondagens, cartografia, ou seja, já investiu largas dezenas de milhares de euros sabendo que enfim, não deixará de ser aprovada. Do ponto de vista da comparticipação é uma obra que vai ter investimento elegível até 2.800.000,00 €, mas a comparticipação do POSEUR é de 85%, sendo que os restantes 15% não vão caber ao município (até porque é um edifício da responsabilidade da Administração Central), mas sim à Direção Geral do Tesouro e Finanças. O projeto está em elaboração, tem tido envolvimento de entidades externas, nomeadamente do LNEC.

Depois, entre junho e agosto, já no âmbito do pacto de desenvolvimento territorial da AML, já há trabalho feito, pelo que dará nota daquilo que já está candidatado e com realização também. O 1.º projeto a entrar foi a candidatura ao Pacto do Almenara Palmela, uma candidatura que foi submetida em agosto e que no dia 11, dia de São Martinho, se espera ter o resultado (porque é a data prevista para os resultados). Ao contrário de outras candidaturas e de outros projetos, mesmo com a candidatura a decorrer ou sem candidatura, há a vantagem

em continuar a desenvolver projetos e estudos, porque quanto mais maturidade tiverem estes projetos e estas candidaturas, também mais pontuam. E, por isso, apesar de a autarquia não saber as respostas está a trabalhar e a honrar os compromissos. Neste caso será uma comparticipação de 50% e integra-se na área da dinamização do turismo e da afirmação da estratégia de desenvolvimento económico e, ainda, na cultura, como eixo estratégico do projeto de desenvolvimento local.

Outra candidatura que foi das primeiras a ser submetida em agosto foi a ampliação e a requalificação da Escola Básica de Aires. Um investimento elegível de 500.000,00 €, em que a autarquia tem de arranjar 250.000,00 €, e em 11 de novembro conta ter resposta.

Entraram também, já no mês de outubro, outras 3 candidaturas para o Parque Escolar. Isto tem sido um enorme esforço das equipas técnicas municipais, desde as que verificam projetos e estudos prévios, conferem cadernos de encargos para o lançamento das empreitadas, adjudicam projetos nas várias especialidades e naturalmente a equipa dos fundos comunitários, que com as equipas da área, seja da Educação, seja do turismo, seja que área for, do património, têm de fazer o enquadramento e a fundamentação da proposta nas candidaturas. Houve um esforço muito grande e a autarquia conseguiu, ainda em outubro, apresentar as candidaturas de ampliação e requalificação da Escola Básica de Águas de Moura, um investimento de 684.000,00 €, para obter financiamento de metade. Também a candidatura de ampliação e requalificação da Escola Básica António Matos Fortuna, na Quinta do Anjo, é outro investimento que terá financiamento elegível até ao limite de 689.000,00 € e haverá, também, a expectativa de obter 50%. A ampliação e requalificação da Escola Básica de Cabanas, de 430.000,00 € também com a expectativa de obter no pacto, o financiamento do FEDER de 50%.

Ainda em outubro, a autarquia concluiu a submissão com sucesso das candidaturas do PRARRÁBIDA em 2 projetos: espaços de lazer e bem-estar (que tem a ver com a visitação, o turismo, o pedestrianismo, a observação, etc.) e a promoção de sítios arqueológicos, nomeadamente, da zona das grutas de Quinta do Anjo e Alto da Queimada. São projetos mais modestos em termos de investimento: o primeiro é de 50.000,00 €, o segundo é de 80.000,00€ e, também, nestes casos, a expectativa é poder ter em janeiro (altura da resposta às candidaturas) 50% de cofinanciamento. Uma obra que até já está em curso também é a ligação Intermodal Pinhal Novo Sul, que também foi submetida em outubro, e que terá resposta até 12 de janeiro. Uma candidatura no valor de 172.000,00 €, onde se espera obter financiamento de 50%.

Finalmente, mas não menos importante, a Unidade de Saúde Familiar do Pinhal Novo, também submetida em outubro, como aliás era compromisso com a CCDR. É um investimento de 1.275.000,00 €, sabendo que o ministério só pagará 1.084.000,00 €, onde se espera uma comparticipação de 50% para a verba que o próprio ministério tem de assumir nesta empreitada; sendo que a verba remanescente tem de ser o município a encontrá-la, no que diz

respeito à ligação das infraestruturas, o arranjo dos espaços exteriores e dos projetos que, aliás, já foram suportados pelo município.

Este é o ponto de situação das candidaturas até outubro. Até final do ano de 2016, surgirão ainda soluções de transporte flexível em território periurbano, a requalificação da Rua Serpa Pinto, a requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores de Fernando Pó, a requalificação do edifício-sede e o PRARRÁBIDA. São candidaturas cuja ação e preparação, trabalhos, estudos, projetos estão curso, aliás muitos deles já adjudicados no caso dos projetos e que já estão a ser elaborados.

Algumas candidaturas que integram o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) são candidaturas que podem ser feitas até final de maio, mas, naturalmente, são processos que já têm maturidade e o objetivo é que avancem.

Estes dados revelam aqui um intenso trabalho, que às vezes não se vê, porque é um trabalho que implica muita intervenção de técnicos das várias unidades orgânicas, sob muita pressão, com calendários muito apertados, mas, felizmente, tem sido possível concretizar com sucesso, respeitando os prazos das candidaturas e os objetivos que estão definidos para as mesmas.

• **19.ª Semana(s) da Dança – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a 19.ª semana da dança vai realizar-se este ano na primeira quinzena de novembro e prolongar-se-á pela segunda quinzena, com um alargado leque de atividades que aposta na divulgação da dança e na criação de novos públicos. Há espetáculos para todas as idades, aulas abertas, residências, bailes, e pela primeira vez, o desafio para “7 horas a dançar” no Cine-teatro São João; naquilo que constitui uma das principais propostas do programa. É uma iniciativa promovida pelo município, em parceria com a “Passos e Compassos” e, também, com escolas e associações locais e outros agentes culturais. Trata-se de um dos momentos altos desta forma de expressão artística no concelho e, também, no panorama da dança em Portugal.

• **Comemorações do S. Martinho – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o São Martinho é uma iniciativa na aldeia de Poceirão com feito de animação e convívio no Centro Cultural, numa organização do município com a União de freguesias e com o movimento associativo local. A música estará a cargo dos “Gaiteiros”, do “Bardoadá” e do grupo musical da Associação “Os Amigos das Lagameças”. O São Martinho estará presente no Mercado Municipal de Pinhal Novo, numa iniciativa da câmara municipal, com o apoio da comissão de operadores. Uma iniciativa que terá, também, momentos de animação musical e a oferta de castanhas, batatas doces e vinho para todos/as os/as frequentadores/as e utentes deste Mercado Municipal.

• **Fórum Turismo “Gastronomia e Vinhos: Qualificação, Inovação, Desenvolvimento”**

– O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no dia 10 de novembro irá realizar-se no Cine-teatro São João o Fórum “Turismo Gastronomia e Vinhos”, com o mote “Qualificação, Inovação e Desenvolvimento”. Pretende-se com esta iniciativa identificar, divulgar e partilhar as melhores metodologias e práticas na construção de produtos turísticos que integrem os vinhos e a gastronomia. Esta iniciativa conta com a participação do Sr. Presidente do Turismo de Portugal e com a participação do Sr. Presidente da Entidade Regional de Turismo da Lisboa. O programa é composto por dois painéis que contarão com a presença do Presidente da Rede Europeia de Cidades do Vinho. Esta iniciativa conta, igualmente, com a participação de oradores que vão apresentar projetos desenvolvidos em várias regiões do país, mas, também, a nível internacional.

Sublinha que o almoço do Fórum, composto por sabores regionais, conta com a parceria da Confraria Gastronómica e Palmela e com a Confraria da Sopa Caramela.

• **Seleção da Cidade Europeia do Vinho 2017, em Palmela** – O **Sr. Vereador Luís**

Miguel Calha refere que no próximo dia 4 de novembro irá realizar-se no Cine-teatro São João, uma iniciativa da Rede Europeia de Cidades do Vinho, com o apoio da Câmara Municipal. A apresentação das candidaturas e a divulgação da cidade europeia do vinho em 2017. Esta eleição é disputada por 4 municípios espanhóis: Cambados, Vila Franca de Alcanedez, Aranda de Duero e La Palma del Condado. Os representantes destes 4 municípios estarão em Palmela, numa noite que contará com animação musical e culminará com anúncio da próxima Cidade Europeia do Vinho.

Recorda que o município de Palmela integra o conselho de administração desta estrutura internacional e que o trabalho da RECEVIN alavanca o estabelecimento de parcerias diversas entre os municípios europeus do vinho, onde a promoção turística e a formação assumem especial importância.

• **Dia Europeu do Enoturismo** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o Dia

Europeu do Enoturismo comemora-se a 13 de novembro. É celebrado no concelho de Palmela ao longo de todo o mês, com um largo conjunto de iniciativas promovidas, quer pelo município, quer pela Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal com vários parceiros.

Aos sábados, a iniciativa “Sons do vinho” chega às adegas com vários concertos musicais, dança, visitas guiadas, provas de vinho comentadas e degustação de produtos regionais. A propósito do São Martinho são várias as adegas que promovem um conjunto de iniciativas entre as quais se integram os magustos.

O Dia Europeu do Enoturismo integra, igualmente, um conjunto de outras iniciativas, nomeadamente, caminhadas e passeios turísticos pela região, promovidas pelos vários agentes turísticos.

Questões apresentadas pelo/a Sr./a Vereador/a

• **Deposição e recolha de monos** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que havia um depósito de monos, em Cajados, que depois acabou por se retirar. A Junta de Freguesia, com as possibilidades que vai tendo, vai retirando esses monos.

Questiona se não seria pertinente deixar um depósito desta natureza, em pontos estratégicos nas zonas mais rurais. Poderia, eventualmente, continuar a haver a falta de civismo das pessoas, é um facto, mas esses riscos correm-se sempre, independentemente, de estar lá um contentor ou não.

Outra preocupação é o tempo de permanência dos detritos de jardins e das plantas. Se essa recolha fosse feita bissemanalmente, eventualmente, o acumular desses detritos deixava de existir.

Assiste-se agora, a uma compostagem daqueles detritos na via pública. Reconhece que os casos denunciados foram rapidamente adereçados pela Câmara.

Acha que esta situação agrava-se mais nas zonas rurais e sugere que sejam revistos os contratos interadministrativos no caso de não terem a capacidade para a Junta de Freguesia dar a resposta ou então aumentar as verbas, de forma a que este tipo de situações não aconteçam.

• **Folheto do STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) relativo à Palmela Desporto, Empresa Municipal** – A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** refere que na passada sexta-feira foi distribuída, à população, um comunicado do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional de Empresas Públicas, Concessionárias e Afins relativamente à Palmela Desporto. Não está a ser posta em causa nem o Conselho de Gestão, nem as reivindicações dos trabalhadores, mas parece que a questão prende-se com a extinção do cargo de diretor da piscina municipal de Pinhal Novo. Há uma substituição então para um cargo de coordenador técnico da natação que servirá a Palmela Desporto. Seja qual for a contenda que existe, o conselho de gestão não está a resolver a questão. E este comunicado é muito duro, tem palavras muito ofensivas, fala em repressão, fala em clima de intimidação dos trabalhadores, o que não fica bem a uma empresa municipal.

Em maio e junho saíram dois comunicados no Jornal de Pinhal Novo com comunicados do sindicato que também não foram nada agradáveis, com palavras muito ofensivas nessa data,

em relação à empresa municipal e ao Conselho de Gestão. Isto está a repetir-se, pelo que a situação não ficou resolvida.

Questiona o que é que se está a passar e se há alguma atitude do Conselho de Gestão para resolver o assunto, porque, de facto, são palavras muito ofensivas que não dignificam ninguém.

Face às questões colocadas pelo/a Sr./a Vereador/a António Braz e Cristina Rodrigues são dadas as seguintes respostas:

_ Deposição e recolha de monos (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** refere que foi aprovado um regulamento que diz claramente o que é que se pode colocar ao lado do contentor e em que dimensões (estão definidos os metros cúbicos). Também diz-se nesse regulamento que tratando-se de uma pessoa singular, que pode e deve contactar os serviços municipais, agendar com estes a recolha e diz a partir de determinadas quantidades. Tal como se paga a mudança das mobílias da casa, tal como quando se faz uma obra se paga ao empreiteiro a deposição dos detritos em aterro, deveria esta questão ser tratada noutra perspetiva comercial, comprando um serviço, que não é um serviço a partir de determinadas dimensões que esteja previsto no pagamento dos resíduos na fatura da água.

Acrescenta que não percebe a intervenção do Sr. Vereador António Braz, desconhecendo se este é contra o trabalho que está a ser feito pela União das Freguesias de Poceirão e Marateca no âmbito do contrato interadministrativo, que atribui à União das Freguesias a responsabilidade de fazer a recolha duas vezes por semana. A autarquia faz chegar as reclamações e as pressões à União das Freguesias, que muitas vezes diz que as dimensões que encontra para recolher excedem a capacidade humana e técnica de cumprir aquela periodicidade, porque se sai uma viatura com X toneladas para fazer um circuito, e deveria fazer dois circuitos por dia, se logo numa rua fica o carro cheio é evidente que tem de ir à tarde e tem de ir no dia seguinte e a periodicidade nem sempre é cumprida.

Depois, nesta matéria, é importante definir se se assume uma posição do lado dos prevaricadores ou se do lado de uma administração consciente, que tem de fazer sensibilização, informação e fiscalização. Quem alertou para o assunto, não foi a comunicação social, foi a própria União das Freguesias que se escandaliza com aquilo que está a acontecer e considera que estes prevaricadores têm de ser penalizados.

Ter lá um contentor não será mais fácil e até no tempo de outro Presidente da Junta se concluiu que colocar os contentores, que não há obrigação de colocar e que têm um preço exorbitante, para que aquilo seja um chamariz para empresas sem escrúpulos de todos os pontos, inclusivamente fora do concelho, irem lá depositar os resíduos em vez de fazerem a sua obrigação e entregá-los no aterro, é considerado um mau princípio. O princípio correto foi

informar que aqui não há lixeiras, colocar uma placa, fazer a fiscalização, tentar apanhar alguns prevaricadores no momento certo (para que se possa proceder à respetiva penalização).

A autarquia considera que deve manter o modelo que está institucionalizado em muitos concelhos, onde se diz ao munícipe o dia em que pode depositar ao lado do contentor.

No próximo concurso a Câmara irá tentar reforçar o número de dias nalgumas zonas do território onde se revela mais difícil. No caso da União das Freguesias já se faz duas vezes por semana. Há pessoas que têm negócios noutros pontos e que trazem os resíduos para o concelho de Palmela.

A Câmara já atuou uma vez com o SEPNA e terá de voltar a pedir ajuda às autoridades, mas a solução não é como já foi no passado: a de colocar um contentor.

Nestas situações só há um caminho a tomar: fiscalizar, identificar e penalizar. Porque, de facto, em 470 Km², um território disperso, em todo o lado se encontram atos criminosos desta natureza.

Todas as localidades têm por parte da Câmara, o mesmo tratamento, mas há, de facto, localidades onde há mais cidadania. Tem de haver um compromisso entre melhor serviço, sim, mas cidadania também. De outra forma, isto torna-se difícil de gerir. Este é um assunto recorrente e que a todos desgosta.

Sobre esta temática, e solicitando a palavra para intervir, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que eu não queria fazer desta questão uma questão de desunião porque no resultado final todos querem o mesmo que é as ruas limpas e um sistema de recolha de resíduos ajustado e adequado não só ao ambiente mas, também, à vida das pessoas. Infere-se muito necessariamente por comportamentos, não podem pura e simplesmente catalogar cumpridores e incumpridores, da mesma forma e esta é a posição clara definida e repetida vezes sem conta em relação a este assunto que não podemos ir apenas pela fiscalização, ainda mais quando os resultados da fiscalização até hoje foram zero. Quando os resultados são zero, não consegue fiscalizar, não consegue sentenciar o que fiscaliza, fico no quê? Fica na mesma, e não passo a mensagem que a fiscalização que estamos perante algo que é prevaricar que é um crime, e cada vez que se insiste em zona de comportamentos por criminalização, os resultados não costumam ser brilhantes. Tem na sua opinião que na intervenção do Sr. Vereador António Braz o que ele quis dizer foi que se tiver 30 cadeiras de piscina não sei muito bem onde é que as vou colocar, e no sentido pedagógico da questão fiquei a saber que já se sabia, podemos telefonar para a autarquia, provavelmente é essa a primeira mensagem que tem de ser dada, quem as pôs pode telefonar para a autarquia. Só quer por este sentido fazer uma sugestão: se calhar é bom e isto tem a ver com outro tipo de resíduos em algumas zonas que se pudesse abdicar de tanto contentor para resíduo geral e por um pack de contentores, ou seja, um para o lixo geral, outro para vidro, outro para plástico e fazer ali uma ilha nessa inexistência de espaço; as pessoas tendem a adaptar-se, a resposta não está num sentido, não está na

fiscalização; também não conhece nenhum concelho que tenha resolvido este problema fiscalizando e punindo. Acredita nesta figura da fiscalização e da punição, como é óbvio, mas no final, não vejo é as outras que devem ser feitas anteriormente antes de chegar a uma situação de limite que é punir alguém por pôr algo no contentor que não devia ou no chão, em relação à alternativa se é melhor ter um contentor ou não ter nada. Não sabe. Sabe que as cadeiras ficaram debaixo da placa onde diz que não se pode colocar ali e que dá direito a uma coima, e no sítio onde estava o contentor. Provavelmente as pessoas tenderão a perceber que não é mesmo ali. Só quer dizer que não há fórmulas certas e que, provavelmente, a melhor solução é ser mais largo mais experimental nas várias abordagens que existem e aferir-se depois dos vários resultados das várias abordagens qual será o conjunto das abordagens para resolver esta questão. Esta é a posição. Não estão minimamente disponíveis para entrar numa guerrilha de palavras ou políticas porque o sentido final é de certeza o mesmo que a maioria quer: que é a melhor das limpezas e a melhor das recolhas e a melhor qualidade de vida para os/as munícipes.

O **Sr. Presidente** refere que nos próximos meses a autarquia terá certamente fotografias e conversas sobre este e outros assuntos. Experimentação, modelos, projetos de recolha porta-a-porta, centrais de transferência, tudo isso já foi estudado pela câmara municipal. Há propostas de técnicos da autarquia, há propostas da própria AMARSUL, mas naturalmente nessas zonas do território, quando foram retirados os contentores, deixa de haver aquelas lixeiras. Agora é um ciclo negativo diferente, porque a solução tinha sido encontrada.

Já houve mais uma campanha de sensibilização e a câmara tem experimentado praticamente tudo aquilo que lhe é proposto; mas acredita, sobretudo, na formação junto dos mais jovens.

Os circuitos também estão a ser revistos de forma a aumentar o nível de serviço, mas a solução não é aumentar constantemente o nível de serviço, porque em lugar nenhum do mundo, as pessoas podem pôr todos os dias a toda a hora os resíduos. Há outros municípios que estão todos a braços com situações idênticas e não é propriamente por questões de esgrima político-partidária. Tem de se dar a volta, através de muita formação, muita sensibilização, mas há um momento para isso e há um momento para “puxar as orelhas”, também se não houver dois ou três casos de punição, também não serve de exemplo, isto é como a pedagogia na escola, primeiro elogia-se, depois dá-se um carolo.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que isto é um problema muito sério. De facto só toma a palavra para dizer ao Sr. Vereador Pedro Taleço que reconhecendo que nesta matéria específica é muito difícil trabalhar os resultados para serem zero, é que não se pode deixar passar em branco. Têm uma obrigação: a de serem verdadeiros naquilo que declaram. Se disser que é uma matéria difícil cuja atuação a autarquia e não só a autarquia, o Sepna da GNR tem colaborado e tem tido muitas dificuldades em apanhar quem prevarica isso é verdade. De todo o modo quer dizer que nesta área, em termos ambientais, este ano levantaram-se 217

processos de fiscalização, não quer dizer que hajam 217 arguidos. É muito mais difícil. Penso que foi apanhado na zona de Cajados o orçamento de uma reparação de uma casa de banho com o nome da pessoa, com os sanitários ao lado, qualquer um de nós faz a ligação entre uma coisa e outra, agora não vê é que judicialmente se faça a mesma ligação entre uma "coisa e outra". Internamente têm audiência prévia e decisão final. Em termos contraordenacionais de igual forma, e a pessoa pode não se conformar e tem havido casos que dizem não fui eu, foi o meu vizinho e tem havido casos, mas muito perto em que responderam que não, não é o meu estabelecimento de restauração, ou de eventos, se calhar é o que está em frente, e levantam-se dúvidas. Depois como resposta ou aceitação da resposta que fazer? É o *in dubio* pro réu? Não é fácil. Para terminar: dizer que é difícil. Por respeito à fiscalização da autarquia e à articulação da fiscalização até com a própria GNR e Sepna, refira-se que, por zonas, tem-se intensificado algum trabalho nesta área, a par das dificuldades que o próprio Sepna também tem.

O **Sr. Presidente** refere que espera-se este mês começar a sentir alguma normalidade nalguns atrasos que estavam a ser recuperados até por causa destas questões do concurso da SUMA que já voltou a operar. No concurso para 3 anos, mas intermediamente até o outro concurso estar desbloqueado, nalgumas zonas do território que estão de facto sob a intervenção da autarquia, refira-se que o município tem circuitos próprios e, felizmente, tem conseguido comprovar que faz melhor do que os privados. Não existe gente para ir a todo lado. Começa a sentir-se alguma normalidade que só foi agora um bocadinho interrompida por causa da greve da Amarsul. Para terem uma ideia, só laboram até ao limite do enchimento dos carros, depois ficam com os carros cheios nos armazéns à espera de poder ir entregar a partir da meia-noite de dia 1; isto também fez com que nalguns pontos do território houvesse fenómenos quando estavam a recuperar. Espera que na próxima semana a situação fique estabilizada, no caso da União das Freguesias, mas há outra zona sinalizada. O assunto está a ser acompanhado e a autarquia já disponibilizou o seu apoio à União das Freguesias, porque às vezes basta haver um atraso para chamar mais à deposição de resíduos.

_ Folheto do STAL relativo à Palmela Desporto, Empresa Municipal (Assunto apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues) – O **Sr. Presidente** refere que considera pouco correta a linguagem utilizada pelo STAL. Acrescenta que estão a decorrer negociações para o AE, a contratação dos serviços são da competência do Conselho de Gestão, que tem as questões fundamentadas. Haverá um exagero de linguagem. Foi dado um prazo ao Conselho de Gestão para resolver um conjunto de questões desta natureza até final do ano. De resto é ruído, há também algum aproveitamento de uma ou outra questão menos bem explicada publicamente, mas o executivo considera que é por isso que há negociações, há mesas, reuniões e Sindicatos, há juristas a apoiar uma parte e outra, portanto o trabalho decorre. Mas, naturalmente, o Sindicato tem de fazer o seu papel.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, VEREADOR DO PELOURO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL e CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Vereador do Pelouro, Adilo Oliveira Costa; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 19.10.2016 e 31.10.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 17.10.2016 e 28.10.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 19.10.2016 a 31.10.2016, no valor de 3.056.816,59 € (três milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e dezasseis euros e cinquenta e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 31.10.2016, apresenta um saldo de 7.372.378,56 € (sete milhões, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.433.432,17 € (seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e dois euros e dezassete cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 938.946,39 € (novecentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e seis euros e trinta e nove cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Autorização prévia nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)

PROPOSTA N.º DADO 01_25-16:

«Considerando que:

- De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua atual redação, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;
- O n.º 3 do referido artigo da LCPA possibilita que a competência para a assunção de compromissos plurianuais possa ser delegada no Presidente da Câmara, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho;

Assim, e por motivos de agilização, simplificação e celeridade processuais de atuação da Câmara Municipal, em particular no desenvolvimento, nomeadamente, de procedimentos de contratação de empreitadas e de fornecimento de bens e serviços, **propõe-se:**

1. Que a Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o disposto

na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprove submeter a deliberação da Assembleia Municipal a delegação no Presidente da Câmara da competência para a assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação, nos seguintes casos:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano legalmente aprovados (desde que não se verifique o aumento da despesa); ou
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não seja superior a três anos.
2. Que a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação ao abrigo da delegação que ora se propõe, só possa fazer-se quando, para além das condições previstas no ponto anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos, quer na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, quer no Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho (diploma que estipula as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA), e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
 3. Que o regime de delegação ora proposto se aplique a toda a assunção de compromissos ou sua reprogramação, desde que respeitadas as condições constantes nos pontos anteriores, com efeitos para o ano 2017.
 4. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ou reprogramados, ao abrigo da delegação que ora se propõe.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador Pedro Taleço.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

GABINETE JURÍDICO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Contrato de Comodato entre o Município e a Associação de Dadores de Sangue na freguesia do Poceirão, Associação de Pais do

Agrupamento Marateca / Poceirão, Associação Social, Cultural e Desportiva «Os Trovões», Centro Social de Palmela, Fundação COI, e elemento do grupo informal denominado «Partilha de Saberes e Sabores».

PROPOSTA N.º DADO_GJ 01_25-16:

«O Município é proprietário do prédio onde se encontra instalada a Escola Básica do Poceirão 1, a qual se encontra desativada desde o ano letivo 2009/2010.

Com vista à rentabilização dos recursos e equipamentos locais, o Município tem vindo a ceder, parcialmente, as instalações daquela escola, doravante designada por Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão, à Associação de Dadores de Sangue na Freguesia do Poceirão, APAMP – Associação de Pais do Agrupamento Marateca / Poceirão, Associação Social, Cultural e Desportiva «Os Trovões», Centro Social de Palmela, Fundação COI, e Dina Pereira Ramos dos Santos, elemento participante do grupo informal denominado «Partilha de Saberes e Sabores», para que desenvolvam as atividades compreendidas no seu objeto social, importando agora uniformizar as regras que regem tal cedência.

Para o efeito, pretende-se celebrar contrato de comodato entre o Município e as mencionadas entidades (anexo 1: minuta de contrato de comodato), o qual incide sobre o prédio sito na Rua Eça de Queiroz, nº 2, Poceirão, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1387, da freguesia do Poceirão (anexo 2: cópia informativa), e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2983, da União das Freguesias do Poceirão e Marateca (anexo 3: caderneta predial), com a área total de 3.000 m², área coberta de 308 m² e área descoberta de 2.692 m², e com valor patrimonial tributário de € 164.110,00.

O contrato, incidente sobre parte do equipamento (anexo 4: planta de utilização do equipamento – Anexo I à minuta de contrato de comodato), é celebrado pelo período de um ano, renovando-se sucessivamente por iguais períodos, a menos que uma das partes se oponha à renovação com a antecedência de 30 dias em relação ao termo do prazo.

As instalações do equipamento devem ser utilizadas pelas entidades nos termos definidos entre as partes (anexo 4: planta de utilização do equipamento – Anexo I à minuta de contrato de comodato), as quais deverão usar, em condições de normalidade, o mobiliário inventariado que se encontra dentro de cada sala e nas partes comuns (anexo 5: inventário do mobiliário – Anexo II à minuta de contrato de comodato).

No cumprimento do contrato, as entidades ficam obrigadas a:

- Manter as instalações cedidas, devendo conservá-las e mantê-las em boas condições, de acordo com uma normal e correta utilização das mesmas;
- Manter a conservação e limpeza do espaço exterior;
- Diligenciar pela realização da limpeza de fundo, com carácter anual;

- Manter atividade regular, apresentando um relatório anual de atividades e da ocupação do espaço;
- Colaborar com o Município na realização de atividades no âmbito da intervenção social;
- Colaborar com o Município na cedência de instalações para o funcionamento da secção de voto na localidade do Poceirão aquando da realização de eleições e na eventualidade da realização de referendos a nível nacional;
- Informar o Município das alterações dos titulares dos seus órgãos com relevo para o contrato.

Por sua vez, ao Município compete:

- Acompanhar a atividade social realizada pelas entidades;
- Diligenciar pela realização das obras necessárias;
- Suportar os encargos relacionados com água e energia elétrica.

O aludido contrato preverá a resolução em caso de incumprimento pelas entidades das normas de funcionamento (anexo 6: Normas de funcionamento – anexo III à minuta de contrato de comodato) ou da alteração das circunstâncias que fundaram a decisão de contratar, assim como a caducidade em caso de não utilização do bem por período superior a 3 meses, ou em caso de afetação do bem a fins diversos do objeto social.

Assim, reconhecendo o cariz social e meritório da atividade, **propõe-se** que, nos termos do art. 33.º, n.º 1 alíneas g), o) e u) do RJAL, se delibere a celebração de contrato de comodato entre o Município e Associação de Dadores de Sangue na freguesia do Poceirão, Associação de Pais do Agrupamento Marateca / Poceirão, Associação Social, Cultural e Desportiva «Os Trovões», Centro Social de Palmela, Fundação COI, e Grupo Informal Partilha de Saberes e Sabores, pelo período de 1 ano, renovável, sobre o prédio sito em Rua Eça de Queiroz, nº 2, Poceirão, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1387, freguesia do Poceirão, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2983, da União das Freguesias do Poceirão e Marateca, conforme minuta que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Contrato de Comodato entre o Município e a Associação de Dadores de Sangue na freguesia do Poceirão, Associação de Pais do Agrupamento Marateca / Poceirão, Associação Social, Cultural e Desportiva «Os Trovões», Centro Social de Palmela, Fundação COI, e elemento do grupo informal denominado «Partilha de Saberes e Sabores» numerada DADO_GJ 01_25-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a sua bancada acompanha este tipo de propostas que criam sinergias importantes para as comunidades, sendo que acompanhariam também com mais financiamento, provavelmente.

Estes espaços são sempre muito importantes para que haja uma maior interação entre as populações. Espera que este espaço tenha uma maior atividade do que, por exemplo, o espaço multiusos de Águas de Moura, que tem um funcionamento muito deficiente.

Espera que após a requalificação proposta para 2017, de facto, aquele espaço tenha a utilização que tanto merece. Votarão favoravelmente a proposta.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que em relação aos dadores de sangue, que prestam assistência a doentes em situação de emergência através da dádiva de sangue para a comunidade, estão previstas a realização de pelo menos, 3 sessões por ano. Portanto, fazem a promoção e divulgação da sua atividade. Felizmente há boas associações de dadores de sangue no concelho.

A Associação de Pais do Agrupamento de Marateca e Poceirão realiza reuniões de pais neste equipamento.

A Associação dos Trovões, possibilitam e promovem integrações e socialização dos indivíduos portadores de deficiência física e que possibilitam não só o espaço para reuniões entre associados, mas também a um conjunto de equipamentos, nomeadamente cadeiras de rodas que fornecem aos associados.

A Fundação COI faz um atendimento, no âmbito da medida do RSI para aquela região, distribui bens alimentares, vestuário, calçado e até há pouco tempo eram acompanhadas 59 famílias e 169 pessoas.

O Grupo informal "Partilha Sabores e Saberes" recupera e recria as artes daquele território que são bastante importantes.

A autarquia espera, naturalmente, que este espaço tenha uma vida própria dinâmica e seja mesmo que respostas comunitárias para a comunidade do Poceirão.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – constituição de fundo de maneiio.

PROPOSTA N.º DEIS 01_25-16:

«A atual Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo determina que a disponibilização de fundo de maneo passa a ser competência dos municípios.

O fundo de maneo destina-se *"a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto de crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional"*, o que se verificou recentemente.

Neste sentido **propõe-se**, ao abrigo da alínea a) do n.º 3, do artigo 14º, da Lei n.º 142/2015, de 9 de setembro, a constituição de um fundo de maneo, no valor de 700,00 (setecentos euros), em nome de Vera Lúcia Mendes Celestino, representante da Segurança Social e presidente da CPCJ de Palmela.

Código Orçamental:

- 05/02.01.20 - 100,00 €
- 05/02.01.21 - 200,00 €
- 05/02.02.10 - 100,00 €
- 05/02.02.25 - 300,00 €.»

Sobre a proposta denominada Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – constituição de fundo de maneo numerada DEIS 01_25-16 intervém:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a nova lei esclarece melhor as verbas que semestralmente vêm da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco e já não da Segurança Social. Esta autonomização da Comissão Nacional por um lado, é boa por outro lado também tem a sua parte negativa que é o facto do Ministério da Segurança Social, que deverá ter um grande peso na proteção de menores, afastou-se talvez mais do que aquilo que seria devido.

Alerta que as verbas que vêm não permitir pagar à técnica da autarquia na área social, é o município que suporta essas verbas.

As duas frações, do Pinhal Novo, no rés-do-chão esquerdo e no rés-do-chão direito, são propriedade da Câmara Municipal e que disponibiliza para o funcionamento da Comissão. Está sempre disponível uma viatura que sai várias vezes por semana, em caso de emergência de qualquer situação relacionada com a proteção de menores. A água e a eletricidade e outras verbas que são comparticipadas e bem.

Tendo autarquia mais responsabilidades, receia que os menores não sejam acompanhados de igual modo quer pelo Ministério da Saúde, quer pela Segurança Social, quer pelo Ministério da Educação. Aliás, o Ministério da Educação tardiamente enviou um representante para a

Comissão e isto significa que cada um destes técnicos, que têm da sua responsabilidade a gestão dos processos de menores, tem uma distribuição que não é equitativa. As próprias IPSS têm dificuldades concretas em terem o seu técnico disponibilizado mais tempo. Talvez com mais dinheiro, mais verbas, eventualmente, a resposta das IPSS poderia ser diferente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Saída da reunião de uma Vereadora

Nesta altura, ausenta-se da reunião a Sra. Vereadora Adília Candeias.

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ARPIBA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, para a construção de equipamento social.

PROPOSTA N.º DEIS 02_25-16:

«A ARPIBA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 2005, com sede na Rua da Liberdade nº 17, 1º, Bairro Alentejano (NIPC: 507 332 555) com cerca de 400 associados.

Desde a data da sua constituição, encontra-se sediada em espaço provisório, cedido pela Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano.

Enquanto Associação, tem como fim contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas pelo que se propõe construir um equipamento social com as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, no lugar do Bairro Alentejano, na Rua do Rosmaninho, num terreno de 1.392 m² cedido pela Câmara Municipal de Palmela, em 2008.

O percurso desta IPSS tem sido caracterizado por uma dedicação singular por parte dos seus órgãos sociais e associados que, ao longo dos anos, realizaram diversas iniciativas de natureza recreativa visando a angariação de recursos financeiros para a construção de um equipamento social com valências para as pessoas idosas. Contudo, a indisponibilidade de linhas de financiamento comunitário com prioridades de investimento para a construção de equipamentos sociais com valências direcionadas para as pessoas idosas, tem vindo a contribuir para o adiamento de uma candidatura e de um projeto complexo, com um significativo valor orçamental.

A Associação, consciente de tais constrangimentos, procedeu recentemente à alteração ao projeto de arquitetura que, embora contemple as mesmas valências antes preconizadas – Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário –, destina-se, neste momento, ao ajustamento

dessas respostas a um único piso, sendo este passível de ampliação futura. Trata-se por conseguinte, de uma opção estratégica que procura fasear a construção do edifício e das suas valências.

Pelo exposto e considerando:

- o histórico da instituição e o seu percurso para a mobilização de recursos financeiros que visam custear a construção de um equipamento social;
- a necessidade do aumento da cobertura de respostas sociais, na rede solidária, para pessoas idosas naquele lugar, de acordo com os diagnósticos e com o conhecimento tido sobre o território;
- a alteração ao projeto de arquitetura para uma construção faseada do edifício, assim como o acompanhamento por parte da Segurança Social com a respetiva emissão de parecer técnico com teor favorável;

propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de um apoio financeiro à ARPIBA no valor de 2.850,00 € (dois mil, oitocentos e cinquenta euros) destinado a compartilhar as despesas decorrentes da alteração ao projeto de arquitetura, sendo a atribuição de apoio para a construção do edifício objeto de Protocolo de Cooperação a celebrar, oportunamente, entre a Associação e o Município.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à ARPIBA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, para a construção de equipamento social numerada DEIS 02_25-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a sua bancada (PS) irá votar favoravelmente esta proposta. Trata-se de um apoio a ser criado para 50 idosos, em termos do centro de dia e mais 40 idosos, em termos de serviços de apoio domiciliário.

Esta proposta tem o parecer técnico positivo de julho da Segurança Social, portanto, está identificada a necessidade.

O **Sr. Presidente** refere que a autarquia não precisa do parecer positivo da Segurança Social, precisava era que essa entidade apoiasse.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a sua posição iria variar mediante o parecer técnico. Este parecer técnico positivo, inclusive em relação ao próprio edifício (porque foi dado por uma arquiteta), e que também vincula esta questão da alteração entre uma versão de dois pisos (mais dificilmente exequível) e de um piso, justifica em si o acompanhamento da proposta, para começar.

Em relação ao que são os documentos e ao que é o movimento desta associação, tem de haver um acompanhamento técnico, se calhar, mais fundo para existirem planos de atividades que

sejam condizentes com a ambição das coletividades e das associações que, por vezes, não são profissionais. Mas, havendo esta questão do projeto de arquitetura, este devia estar incorporado no plano de atividades para 2016; uma vez que este pedido vem aqui e está a ser aprovado. E, não estando incorporado não há nada de extraordinário; é uma questão de arrumação, de formação dos dirigentes associativos, que também não têm de saber estas “coisas” (têm de ir aprendendo), mas para aprender tem de haver quem lhes ensine.

Neste sentido, há algumas questões relativamente ao funcionamento destes dois centros e à construção da parte que não é financiada. Ora, criar margens para construções com 700,00 € por mês que não é culpa da associação - que faz o melhor que pode com aquilo que tem e na realidade em que está inserida - é muito difícil.

Questiona de onde é que se criou esta expectativa de candidaturas neste quadro comunitário. Infelizmente não se concretizou e é esta a opção. Refere que fica com dúvidas após a alteração do projeto como será o resto, mas deseja boa sorte à associação, pois são pessoas proactivas que têm clientes, no sentido social da palavra e, portanto, têm uma missão que é voluntária e que sai do seu esforço e do seu empenho e, como tal, votarão favoravelmente este apoio à alteração do projeto de arquitetura.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o que recolhe como favorável da intervenção Sr. Vereador Pedro Taleço é este reconhecer que os membros dessa associação se esforçam por levar àquela zona do território de Palmela um conjunto de valências que são importantes para as pessoas idosas.

O facto de a Segurança Social, aliás a pedido da Câmara Municipal, ter feito o percurso de análise de propostas apresentadas em reunião para tornar aquele projeto mais exequível. A Segurança Social respondeu positivamente à questão da análise técnica, feita pelos técnicos que a própria associação contratou, para que à primeira oportunidade se pudesse avançar. A Sr.^a Diretora da Segurança Social de Setúbal disse que não via, neste momento, o enquadramento para se poder avançar, independentemente de reconhecer a validade das propostas que foram apresentadas, mas esta associação não ficou parada e apresentou uma candidatura ao BPI, em termos da área social que, infelizmente, pelo conjunto de candidaturas que houve a nível nacional, não foi contemplado.

Infelizmente, também o secretário desta associação, Sr. Sousa, faleceu, o que criou também durante um período bastante grande, de bastantes meses, muitas dificuldades na gestão. Mas, felizmente tudo foi superado e brilhantemente superado pelos atuais corpos dirigentes da associação, que ganharam ânimo novamente e “arregaçaram as mangas”.

Nas reuniões do Conselho Local de Acção Social é pacífica a situação desta IPSS, a necessidade da população sénior do Bairro Alentejano ter estes equipamentos, nas plataformas sobre concelhias foi falado o mesmo e tudo em cascata até está enquadrado. Mas depois há candidaturas comunitárias, na área social, com verbas de algumas delas esotéricas. A verba

está lá, mas foi imposta por Bruxelas de tal forma que é difícil que alguma IPSS tenha a capacidade para questões e materiais de alinhar.

O **Sr. Presidente** refere que espera que oportunamente existam outras oportunidades de candidaturas. O município irá trazer a reunião de câmara, outra proposta que define também o âmbito e o alcance da disponibilidade da autarquia para financiar a obra em concreto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de uma Vereadora

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pela Sra. Vereadora Adília Candeias.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo Valdera.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_25-16:

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento social, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
- o Grupo Desportivo Valdera desempenha um papel aglutinador da população da localidade de Valdera;
- a Autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pelo Grupo Desportivo Valdera, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2, do artigo 23º, da alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6º, 46º e 47º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o

Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo Valdera, em anexo, e que faz parte da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as duas partes no âmbito da execução e entrega de projeto de construção da sede social da Sociedade.»

Sobre a proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo Valdera numerada DCDJ 01_25-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona se esta associação entregou o plano de atividades de 2016 e o relatório de atividades e contas de 2015. Confirma que solicitou essa informação mas não lhe foi remetida. Para a execução ou não deste acordo, ao abrigo do regulamento de apoio ao associativismo seriam documentos necessários. Assim sendo: não nos remeteram essa documentação, não tem maneira de aferir. Partindo do princípio que entregou e fazendo fé no que me estão a afirmar, vão votar favoravelmente esta proposta, apesar de terem algumas questões, porque, no fundo, o objeto desta proposta acaba por ser a recuperação do campo de jogos e esta introdução da proposta remetendo tudo para o contrato programa em si não refere nada disso. Mas, também, não tem nada que dizer é uma questão de opção, de qualquer maneira estão a falar da aplicação de quantidades de sabre e da compactação e regularização do campo com as inclinações devidas para quatro áreas. Está a ler uma informação técnica que vinha anexa à proposta e foi em si esclarecedora, a única parte que não estão esclarecidos e tem de questionar é que a mesma informação diz, estimando-se que os custos deste intervenção ascendam a cerca de 47.000,00 €, orçamento apresentado por um empreiteiro a pedido da Divisão de Conservação e Logística (DCL) os serviços da câmara municipal e bem antecipando esta questão pediram o orçamento para a recuperação do campo, e esse orçamento foi entregue mas acontece que o valor do contrato programa é cerca de menos 10% deste valor cerca de 3.000,00 €, de onde é que vêm estes 44.000,00 €. Precisava do relatório de contas porque, às vezes, a associação pode ter um super ávido. Há esta discrepância entre a decisão que vem na proposta e a informação técnica que é de um valor e ficam 44.000,00 € pelo meio cerca de mais de 90% de diferencial por explicar como é que a associação consegue, se dão 3.000,00 € e a associação não consegue chegar aos 47.000,00 € nunca mais vale não os dar aplicar noutro apoio que não o campo, ou dar à mesma, mas contratualizar outro tipo de apoio. Esta é a questão: qual a eficácia e eficiência de estar a dar um percentual de apoio em relação ao que está aqui identificado como necessidade tão baixo se a associação não consegue chegar aos 47.000,00 €. Não tem motivos para votar contra esta proposta, mas não sabe bem em que sentido. Vai esperar pela explicação e depois logo vê em que sentido inferir.

A pedido do **Sr. Presidente**, intervém o Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, mas não fala ao microfone.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que este é um apoio pontual, mas precioso e fundamental para que o Grupo Desportivo Valdera possa concretizar da melhor forma a missão. A associação tem de procurar outro tipo de ajudas e, no fundo, a autarquia tem contribuído para que esta intervenção possa ser bem-sucedida, dando o contributo possível.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço é bastante pertinente, porque faltam os tais elementos pedidos. Persiste a dúvida: se há o necessário complemento financeiro da parte daquela entidade desportiva Valdera para suportar esta obra. Sugere que se aguardem os tais elementos solicitados, referentes ao Grupo Desportivo Valdera, para perceber se estes 3.000,00 € são suficientes ou não.

O **Sr. Presidente** refere que devem estar todos envoltos num equívoco porque na ficha de candidatura solicitam 4.000,00 €.

A questão foi essa, é que quando foi solicitado para que a câmara desse apoio, o que foi pedido à câmara foi para fazer uma intervenção desta natureza. E a câmara, até para demonstrar ao Valdera, que aquilo que estavam a solicitar não era algo que a câmara municipal pudesse fazer, por administração direta. Mas aquilo que pediram foi, de facto, uma operação tecnicamente muito mais complexa e depois os técnicos conversaram e perceberam que afinal, o que é necessário fazer é a recarga de saibro, respetiva rega, compactação, etc..

O Valdera, com estes 3.000,00 € vai aplicá-los bem, vai investir mais do que 3.000,00 € e naturalmente vai ter também apoios do mecenato, porque algumas destas empresas que lhes vão fornecer e faturar também vão dar o seu contributo para que o campo fique nas devidas condições. Isto foi um exercício, que ajudou, aliás, a encontrar uma solução muito mais equilibrada. Porque os outros orçamentos até vêm ao encontro e revelam que há soluções alternativas, porque para fazer um investimento daquela natureza era preferível compensar em algo diferente.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não quer criar algumas dificuldades, sejam elas quais forem, ao Grupo Desportivo Valdera. Recomenda que se passasse a disponibilizar a documentação para melhor análise das propostas.

O **Sr. Presidente** refere que, futuramente, será disponibilizada a documentação, conforme recomendado.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que votarão favoravelmente, mas sentem que a intervenção ideal e a intervenção possível há matéria para dúvida. Farão fé nas associações e nos seus dirigentes.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

**PONTO 6 – Protocolo de Cooperação no âmbito do Programa Municipal
"Viver Melhor, Viver com Autonomia".**

PROPOSTA N.º DCDJ 02_25-16:

«Estão bem identificados os benefícios que a atividade e o exercício físico têm na promoção da saúde e na manutenção da autonomia durante o envelhecimento.

Desde 1996 que a Câmara Municipal de Palmela tem um papel ativo na promoção de atividades físicas direcionadas à população de idade maior, com o objetivo de promover a qualidade de vida, saúde e bem-estar desta população.

O Programa Municipal "Viver Melhor, Viver com Autonomia" promove aulas de exercício e mobilidade articular para os utentes e sócios das instituições do concelho, em todas as freguesias do concelho.

Desenvolvido em estreita parceria com oito instituições particulares de segurança social, o programa contou, durante a época 2015/2016, com a participação de 214 pessoas, 74% das quais são mulheres.

Implementado desde 2005, o "Viver Melhor, Viver com Autonomia", continua a ser identificado por todos os parceiros como uma mais-valia para o funcionamento interno das instituições e dos seus utentes.

Sendo reconhecido o papel do programa na promoção da saúde e qualidade de vida de todos os que nele participam, propõe-se a sua continuidade em 2016/2018, voltando a proporcionar a prática semanal de aulas de exercício e mobilidade articular a todos os seus participantes.

Neste sentido, em conformidade com a alínea f) do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da mesma Lei, **propõe-se** a aprovação do Protocolo de Cooperação em anexo, e que faz parte integrante desta proposta, a estabelecer entre o Município de Palmela e cada uma das oito entidades a seguir indicadas:

- Associação de Convívio para Idosos de Cabanas
- Associação dos Idosos de Palmela
- Associação de Idosos e Reformados da Freguesia de Poceirão
- Casa do Povo de Palmela - Centro Social em Lagameças
- Centro Social de Quinta do Anjo
- Centro Social Paroquial de Pinhal Novo
- Santa Casa da Misericórdia de Palmela
- União Social Sol Crescente da Marateca.»

**Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação no âmbito do Programa Municipal
"Viver Melhor, Viver com Autonomia" numerada DCDJ 02_25-16 intervêm:**

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** refere que consta no protocolo que há uma análise dos relatórios enviados trimestralmente pelo técnico que leciona as aulas de exercício e de mobilidade articular. Este é um professor licenciado em Educação Física e que dá aulas em todas estas entidades. A informação técnica, no protocolo, refere que a avaliação é positiva, mas que apesar disso há uma estagnação na época de 2014/2015 em relação ao número de número de pessoas que beneficiam das aulas e houve, inclusivamente, um decréscimo agora neste ano de 2015/2016.

Questiona se através da análise dos relatórios enviados pelo professor se consegue ver a justificação do decréscimo e se há alguma forma de ultrapassar essa situação, porque, de facto, é um programa muito interessante, muito útil, que funciona em 8 instituições, e no último ano está a diminuir, há dois anos estagnou, e se calhar a tendência é para continuar a diminuir; é uma pena.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que naturalmente há ciclos nestas atividades e há anos em que tem havido uma participação maior de utentes e anos em que isso não tem acontecido. Isso explica-se por diversos fatores, nomeadamente tem a ver com a redução dos próprios rendimentos das famílias.

O **Sr. Presidente** refere que na página 3 da informação técnica há um gráfico que explica as oscilações ocorridas desde 2003. Há vários fatores: as pessoas mudam, outras envelhecem, outras deixam de poder fazer exercício, outras morrem. Não há nenhum fator que requeira alguma medida para melhorar.

Reitera o que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha disse: há menos gente a frequentar as instituições, porque têm dificuldade em assegurar a sua comparticipação. Nas semanas das freguesias têm feito visitas a instituições e os dirigentes dizem que muitos, no pico dos anos difíceis destas crises, resolveram ficar em casa porque tinham familiares desempregados, já tinham quem lhes desse apoio em casa em vez de estarem no centro de dia; há aqui um conjunto de fatores, mas não queria sobrevalorizar nenhum, quer é desdramatizar, porque quando isto esteve sempre a subir também não mereceu nenhum embandeirar. Há aqui este fenómeno - este ano de 2015 para 2016 - espera que no próximo ano o pessoal regresse às atividades, até porque vão ficando muito em forma, alguns até vão para o 50+ e já querem fazer natação competitiva. Espera que o pessoal se mantenha em atividade. Há interesse em que os utentes estejam satisfeitos com esta oferta de carácter social. Estão a falar num valor de 12.000,00 €, para quem diz que não se faz nada na área do social.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** refere que não estava a falar mal do programa, apenas indagou se haveria alguma justificação para o decréscimo.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que quando foi falado nesta sala mesma sala sobre a urgência de haver uma reavaliação dos apoios às IPSS, aquilo que é expetante por parte das IPSS é que haja uma reavaliação por parte da tutela nas verbas que são dadas às IPSS por cada utente que está institucionalizado nessa IPSS, porque os valores são de 1990 “e qualquer coisa”. O ano que corre é o 2016. O próprio Ministro da Segurança Social aceita isto como verdadeiro e está disponível para rever esses acordos, o que significa que esses acordos estão mais que desatualizados, isso irá fazer com que haja mais idosos nas IPSS. Pensa que a “geringonça” vai nesse sentido e resolva o problema das famílias e que os velhotes não sejam considerados como mais uma fonte de proveito para vir para casa dos filhos, e alguns até de tal forma para apoiar os filhos a tirar deles para dar aos filhos; é incrível. Isto está a acontecer em todo o território nacional, não é de palmela ou da península de setúbal, está a acontecer em todo o território nacional e é urgente retificar-se. Dar também uma nota positiva: é que não está aqui elencado aquilo que algumas das IPSS que conseguem ir mais além, nomeadamente aquelas que têm centro de dia que fazem mais atividade que aquela que está aqui, nomeadamente a Associação de Idosos de Palmela e a Associação de Cabanas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – 3.ª Edição do Festival do Moscatel – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_25-16:

«O crescimento e o desenvolvimento sustentável de toda a procura turística assenta sobretudo, na existência e valorização de produtos locais de qualidade e diferenciadores.

O Moscatel de Setúbal integra o quarteto de vinhos generosos de referência no nosso país, sendo, por isso, um dos produtos singulares da região, cuja excelente qualidade tem sido reconhecida através dos prémios recebidos nos concursos nacionais e internacionais mais prestigiados.

Com o objetivo de promover este ex-líbris da região e associá-lo à oferta turística e enoturística de Palmela dinamizando a economia local, a Câmara Municipal, em parceria com a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal vai realizar a 3.ª edição do Festival do Moscatel, nos próximos dias 3 e 4 de dezembro, no Cineteatro S. João.

As edições anteriores do Festival registaram a presença de novos visitantes e foram pretexto de projeção na comunicação social e motivo de visita a Palmela.

Do programa da 3.ª edição do Festival do Moscatel podemos destacar o Mercado do Moscatel com a presença dos produtores, provas comentadas, harmonizações de moscatéis e criações gastronómicas com a presença de *chefs* e animação musical.

Além do programa do Festival haverá um conjunto de atividades complementares que promovem a estadia dos visitantes num período mais alargado.

O Festival do Moscatel será organizado numa relação estreita com os produtores e terá, ainda, o apoio da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal.

Num quadro, onde as condições técnicas são cada vez mais exigentes para a realização de eventos vînicos, e não havendo recursos técnicos internos para o efeito, foi, no âmbito da parceria, atribuída à Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, a organização e os aspetos logísticos do Festival, essenciais para o desenvolvimento da programação, imagem e fomentar o aumento de satisfação dos visitantes.

Assim para colmatar parte das despesas previstas, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro no valor de 16.000,00 (dezassex mil euros) à Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal.»

Sobre a proposta de 3.ª Edição do Festival do Moscatel – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal numerada DCTEL 01_25-16 intervém:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que o moscatel é feito em Palmela, mas é sempre conhecido como o moscatel de Setúbal e com as laranjas aconteceu exatamente a mesma “coisa”. Confirma que a bancada do PS acompanha a proposta e ficam também agradados pela Câmara Municipal, em parceria com a Rota dos Vinhos dinamize este evento no próprio município.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação - FIMOC.

Requerente: Maria João Camolas Contente Caleira. Processo n.º FIMOC—2146/2016. Local: Rua Hermenegildo Capelo, n.º 97, em Palmela. Requerimento n.º 1208/2016.

PROPOSTA N.º GRCH 01_25-16:

«Através do requerimento em epígrafe, é solicitado apoio financeiro para realização de obras de conservação na fachada, incluindo a substituição da caixilharia existente, por caixilharia em PVC, do edifício sito na Rua Hermenegildo Capelo, n.º 97, em Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 9886/20021216 da freguesia de Palmela, e da inscrição na matriz urbana da freguesia de Palmela, sob o artigo 36, é propriedade da requerente.

O prédio em causa, que se localiza na Área de Intervenção do Gabinete do Centro Histórico da Vila de Palmela, foi construído antes da entrada em vigor do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização (D.L. n.º 38382, de 7 de agosto de 1951), pelo que reúne condições para merecer apoio financeiro, nos termos do n.º 1, do art.º 3.º, do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação, doravante apenas designado por Regulamento do FIMOC.

Conforme o determinado no artigo 5.º, do Regulamento Municipal antes invocado, as obras de conservação na fachada de edifícios que confrontem diretamente com o espaço público, incluindo a substituição de caixilharias, constituem ações e trabalhos elegíveis nos termos da concessão do apoio financeiro previsto no Programa de Financiamento de Obras de Conservação-FIMOC.

Nos termos do pedido de financiamento e comparticipação, formulado no requerimento n.º 1208/2016, e instruído com os elementos determinados no art.º 11.º do Regulamento do FIMOC, foi apresentado, após notificação da interessada para efeitos de retificação/correção de valores, um orçamento que, correspondendo às intervenções/trabalhos a realizar, apresenta o seguinte valor total:

- 6.540,89 € (seis mil, quinhentos e quarenta euros e oitenta e nove cêntimos) – IVA incluído (23%)

Nos termos do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento do FIMOC e considerando o valor do orçamento sujeito a apreciação camarária, o qual se cifrou em 6.540,89 €, o apoio financeiro a conceder correspondente a 70% do orçamento apresentado, resulta num montante 4.578,62 € (quatro mil, quinhentos e setenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) - IVA incluído.

Face ao exposto e nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do FIMOC, aprovado em reunião pública da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, **propõe-se** a aprovação do apoio financeiro solicitado, correspondente ao valor indicado de 4.578,62 € (quatro mil, quinhentos e setenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) - IVA incluído, e que o mesmo

seja concedido a Maria João Camolas Contente Caleira, mediante o cumprimento dos procedimentos determinados nos n.ºs. 3 e 4, do artigo 10.º, do Regulamento e programa antes invocados, ou seja no final da obra e perante a apresentação de cópia das faturas discriminadas dos trabalhos realizados.

Em anexo e sendo parte integrante desta proposta, constam planta de localização, bem como memória descritiva e justificativa dos trabalhos.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Munícipes para intervir neste período.

Sr. Alves Rito (1.)

Começa por referir que é jornalista, mas a sua intervenção é feita enquanto munícipe.

Escreve-se a intervenção do Sr. Alves Rito:

"É mesmo na qualidade de munícipe de há duas décadas no concelho de Palmela, Há muitos anos que assisto a reuniões de órgãos autárquicos desde a assembleia municipal às de câmara e às assembleias de freguesia, mas é a primeira vez que vou fazer uma intervenção. Venho na qualidade de munícipe, mas também na dupla qualidade ou tripla de empresário, jornalista, é mais empresário da área da comunicação social agora já não sou tão jovem, mas há 20 anos quando iniciei projetos no concelho de Palmela onde os mantenho e continuo, era jovem, e não venho em representação de um setor, mas falo de um setor específico. Quando digo que não venho em representação de um setor é porque não articulei com ninguém dos meus camaradas de profissão ou outros parceiros da área da comunicação social, e vinha sobretudo deixar um desabafo que é o de constatar, isto não é o primeiro ano, é uma «coisa» mais ao menos em linha com o que tem acontecido os anos passados, não se passa nada de novo nessa matéria, mas o não se passar de novo quanto a mim já é relevante. Foi com muita pena e muita tristeza que vi o último orçamento de câmara aprovado aqui na semana passada por constatar que, mais uma vez, a importância que o município, quando digo município, penso que isto é transversal a todos os órgãos e até todas as forças políticas de uma forma geral, não estou a personalizar na câmara muito menos em ninguém, dedica ao setor da comunicação social a pouca importância que atribui é muito difícil de entender, eu continuo a achar até porque não tenho elementos para entender de outra maneira que se trata apenas de uma questão de falta de sensibilidade e daí o ter decidido vir aqui hoje fazer esta exposição. No orçamento municipal para o próximo ano, no total de 45 milhões de euros, a única que se refere especificamente a

comunicação social ou melhor, a publicidade, refere 5.000 e "qualquer coisa" euros, na parte do texto em que há alguma exposição da autarquia sobre política de comunicação meia dúzia de parágrafos, nem tanto talvez, não há uma única linha no que diz respeito à comunicação social apenas refere o Facebook e o Instagram. Eu também sei que quando referi aqui este valor desta rubrica, muita gente pode pensar, mas a comunicação é uma coisa transversal está em diversas rubricas está disseminado pelo orçamento em muitos pontos e isso da não se pode inferir muita coisa, mas posso dar outra referência para pensar sobre a insignificância que Palmela atribui à comunicação social. Algum de vocês faz ideia de quanto é que a autarquia de Palmela este ano colocou de publicidade no Diário da Região? Imagino que ninguém faça, nem sequer os da maioria. Estamos em novembro e foram 4.100 euros, apesar deste valor e ainda hoje, vimos aqui propostas de programas para os idosos que chegam a 200 pessoas e aplicam-se 12.000 euros; vimos outros programas. Eu não ponho nada disso em causa, porque todos eles têm o seu mérito e não é isso que quero destacar, quero pela positiva que as pessoas percebam se realmente é ou não relevante, por um lado o papel da comunicação social se o enquadrámos num conceito mais abrangente de cidadania de que tanto todos gostamos e de atividade local mesmo empresarial, económica mas não só, ou se realmente não lhe atribuímos importância. Por outro lado, sublinhar que muitas vezes pode não haver atenção para isso que os dias passam a correr, Palmela ainda tem uma situação em termos de comunicação social que eu penso que deveria constituir um orgulho para o concelho e para os seus representantes para os seus órgãos é dos poucos concelhos do distrito de Setúbal que ainda tem e para falar dos mais antigos. Não quero deixar ninguém de fora, mas tem dois jornais, um deles de vocação regional, mas também a cumprir a sua tarefa local, não tanto como gostaria, falo do Diário da Região, não pelos outros, não tanto como gostaríamos, mas sobre isso poderíamos eventualmente discutir tem um de vocação mais regional, mas também local que é o Diário da Região, tem o jornal do Pinhal Novo - que me orgulho de ter sido fundador há cerca de 20 anos -, e que mantém a sua atividade e tem uma rádio ainda mais antiga que estes dois órgãos, mas o funcionamento destas entidades deste setor tem custos, eu penso que tem um benefício, podemos discutir isso varia de pessoa para pessoa muito grande, cada euro investido num órgão destes é muito multiplicado; mas todos eles vivem imensas dificuldades, penso que são muito pouco valorizados, muito pouco reconhecidos e que a câmara poderia ter um outro papel. Para vos dar mais uma pequena ideia da insignificância deste valor que falei há pouco que a câmara de Palmela fez no caso concreto do jornal Diário da Região, penso que está em linha com o que fez no Pinhal Novo, não me queixo disso; não é uma questão do jornal do Pinhal Novo ser favorecido ou desfavorecido, ou de haver discriminação, não é isso que está em causa, é mesmo o tratamento ao setor em geral, apesar da insignificância desta verba pode haver quem pense que mesmo assim a câmara de Palmela é um anunciante relevante do jornal. Eu vou dar-vos este número de grandeza para poderem tirar as conclusões e todos estes números são comprováveis por quem quiser, o número que vou falar de volume de negócios da Losango Mágico, o Diário da Região está no IES, é público, e o valor de publicidade que a

câmara fez este ano no Diário da Região também é facilmente acedível por qualquer um dos senhores Vereadores: 4.100 euros para um volume de negócios o ano passado e este ano não está fechado de 314.000 euros, o que isto significa é que ao contrário do que alguém possa pensar que o Diário da Região ou que a câmara de Palmela é o melhor cliente do Diário da Região, não é, isto significa pouco mais de 1% e significa pelo contrário se o Diário da Região estivesse à espera de um grande incentivo de um grande reconhecimento de um grande apoio da parte da câmara municipal de Palmela, certamente não teríamos atividade aqui no concelho já há muito tempo. Posso até dizer um pouco mais: a nossa atividade no concelho de Palmela é deficitária. Nós construímos o jornal Diário da Região, é um jornal semanário que tenta cumprir essa função de proximidade com uma edição específica à terça-feira que poderia ser reforçada claro se tivéssemos outros meios e recursos e queríamos fazê-lo e temos planos para o fazer, mas está construído numa lógica de 5 dias da semana e diversas edições. A edição que nós dedicamos mais ao concelho de Palmela já teria fechado se nós não tivéssemos 314.000 euros de receita de um ano inteiro que vem dos outros concelhos, e vem muito do setor privado; com isto quero entrar num outro capítulo que são as questões das opções muito ideológicas sobre se devemos ou não devemos apoiar este tipo de setores. Eles têm natureza privada, têm fins lucrativos, tudo isso é muito relativo, o que queria que percebêssemos era que, no caso do concelho de Palmela se nós atribuirmos muita importância a esta função ao papel da comunicação social, 4.000 euros permitem-nos multiplicar ao ponto de faturar 314.000 euros nós temos muitos apoios muitos clientes que continuam a ser a esmagadora maioria junto do comércio de indústria são os nossos principais anunciantes e com isso financiamos para cumprir uma função e um papel que é de interesse público, sem ter qualquer tipo de apoios ou benefícios públicos porque não existem para a comunicação social no plano da administração central e também não existe no plano da administração local, isso não está em causa, e queria também terminar, com uma nota também para reflexão, que é de saber o valor da comunicação social no conjunto das novas tecnologias. Ainda uma outra nota sobre a questão específica do concelho de Palmela, nós chegamos ao ponto e é isso que também me deixa triste, no caso do Diário da Região que foi um jornal que nasceu no concelho de Palmela e que tem já dimensão distrital conseguida em muitos aspetos em alguns capítulos. Nós temos municípios no litoral alentejano onde nós não temos distribuição gratuita não temos sede física, porque aqui temos há 20 anos no Pinhal Novo, e não temos qualquer tipo de implantação ou de notoriedade como temos aqui. Já há municípios onde nós faturamos mais por ano do que aqui no concelho de Palmela, sentimos aquilo do «santos de casa não fazem milagres», talvez seja por isso, uma última nota sobre relativização do esforço, ainda há pouco tempo ouvimos falar aqui nesta reunião de câmara que uma ação de campanha feita de publicidade, para sensibilizar os munícipes da Quinta do Anjo sobre a recolha de monos e verdes que custou 22.000 euros, foi apenas uma das ações das muitas é certo que há uma empresa privada associada que é a SUMA mas não deixa de ser verba que sai da câmara municipal de Palmela como é obvio, e o que é caricato é que até nessa campanha com esse valor nem um anuncio passou pelos jornais.

Para concluir, o que queria deixar era, em termos da importância destas «coisas» da comunicação social local e regional e das novas tecnologias, nós agora vimos toda a gente muito encantada com as novas tecnologias, incluindo o município de Palmela, e bem, não ponho isso em causa; quanto a mim, mas essa é só a minha opinião, não deveria era com isso esquecermo-nos completamente de ter uma política para o setor da comunicação social. Não nos podemos esquecer, neste entusiasmo coletivo que existe com as redes sociais que também há aqui uma opção ideológica, há desde logo a questão da proximidade local, porque os outros que cá estão e estão todos os dias nas reuniões de câmara e que vêm cá e fazem um esforço para acompanhar e para estar e para tratar o melhor possível, empregam pessoas daqui têm escritórios aqui, desenvolvem atividade aqui têm um impacto multiplicador na nossa vida comum, as outras grandes instituições não têm, e depois há uma outra questão esta ainda mais premente ideológica, essas grandes empresas cujo futuro na comunicação está ainda por conhecer pelo menos enquanto na sua dimensão local pertencem verdadeiramente às grandes multinacionais que nós tantas vezes censuramos pela sua falta de preocupação com as realidades locais, o Instagram, o Facebook, a Amazon, a Google, são tudo multinacionais americanas. Eu acho que nós temos enquanto eleitos locais de fazer opções relativamente a estas matérias todas e olhar para elas de outra maneira.”

O **Sr. Presidente** refere que se vai permitir comentar alguns dos apontamentos que fez sobre esta matéria. Crê que vale a pena uma reflexão muito profunda sobre a sobrevivência dos órgãos de comunicação social da mais diversa índole, mas em particular os ditos de natureza regional, e essa reflexão é oportuna e tem de ser feita com um conjunto de agentes do território e, desde logo, cruzando matérias como a independência a deontologia, a ética e o papel de cada uma das entidades públicas. Amiúde os eleitos, em particular os locais, são é acusados do inverso. Está neste órgão já há alguns anos e sempre ouviu foi críticas de termos muito dinheiro para publicidade “então vai alterar na alteração orçamental o dinheiro para publicidade”. Era esse o panorama. Felizmente este mandato temos tido bom senso e esclarecimento que se calhar permite a todos os eleitos, porque, no passado, faziam-nos amiúde observações dessa natureza, quer na câmara, quer na assembleia municipal. Os senhores são jornalistas, assistiram a muitas interpelações dessa natureza, mas hoje a informação é clara e permite a cada um dos eleitos, que escrutinam a atividade da câmara, perceber efetivamente o que é que está em causa. A verba que está inscrita em orçamento é de 49.250 euros e tenderá a aumentar, porque tem ainda mais 8.000 «e tal» euros em verbas a definir, que estão naturalmente dependentes de projetos que têm campanhas associadas; há depois uma verba para a chamada publicidade obrigatória e, amiúde, para alguns concursos, para além de um órgão regional há a utilização dos órgãos ditos de dimensão nacional, assim o fazem com os grandes órgãos de comunicação para concursos públicos, para concursos de pessoal, para avisos de alteração de alvarás de loteamento, é esta verba da publicidade obrigatória - os senhores até têm uma tabela com preços especiais que é diferente do outro

tipo de publicidade - depois para além de desmontar este equívoco e de dizer que, de facto, há um conjunto de atividades do município na área da cultura e do turismo que têm outras verbas nas aquisições de serviços sem estar no bolo dito comunicação, portanto há verba que está associada à própria iniciativa que vem discriminada no plano e orçamento. Há ainda mais verba do que esta. Consideram que a divulgação é um investimento, porque não nos basta fazer iniciativas, querem atingir determinados públicos. Naturalmente pesam o alcance de cada uma das publicações onde fazem os anúncios. Gostava de dizer, em primeiro lugar, que é preciso perceber quais são as atribuições e as competências do órgão camara municipal e assembleia municipal, e se percorremos na legislação as atribuições e competências relativamente à comunicação social não vem lá nenhuma atribuição e competência; portanto, esta questão da comunicação social não pode ser posta em paralelo com os apoios a outras iniciativas ou instituições. Este é o primeiro aspeto. Quer dizer que Palmela tem muito orgulho, e em particular o presidente da câmara de Palmela tem muito orgulho na comunicação social regional; tem a sua opinião naturalmente, não se revê em todos os estilos noticiosos de informação de paráfrase de informação, enfim tantas «coisas» que não é agora o momento para falar delas, mas não é isso que influencia a nossa decisão de anunciar este ou aquele evento neste ou naquele jornal. Têm orgulho na comunicação social que existe; têm orgulho de tentar contribuir com boas notícias para o município. Quer dizer outro aspeto que geralmente passa despercebido: é que se não houvesse dinâmica no território do concelho de Palmela a comunicação social ainda tinha mais dificuldades, porque quando há uma iniciativa não é o anúncio da câmara que financia o jornal naquela semana, são os agentes económicos que estão associados àquela iniciativa. Não é profissional da comunicação social, nem ousa saber tanto dessa matéria quanto o seu amigo Alves Rito, mas também já teve experiências de âmbito editorial e conhece alguma «coisa» do mundo, também sabe como se faz e, de facto, dizer-lhe que também por esse caminho o município contribui para que os jornais possam chegar a outros anunciantes, e que fruto da dinâmica das iniciativas do município acabam por estar associados aos eventos. Se os senhores conseguem ou não, esse é outro problema, mas também não tem de dar nenhum conselho nem nenhuma solução sobre essa matéria. Estão num plano em que, como outros, há concorrência e o Sr. Alves Rito sabe que há quem tenha uma tabela publicada, nem tem de a publicar em lado nenhum, e venda o anúncio às 3 tabelas, há muitas formas de angariar anunciantes. O que quer dizer é que o município tem procurado ser rigoroso na forma como faz a publicação dos seus anúncios procurando avaliar um custo benefício e se atinge ou não os objetivos e não faz sequer em termos de prémio quem trata bem e quem trata mal. Têm uma visão de quem é que trata os assuntos do concelho de Palmela e procuram estar nos suportes que acham que vale a pena e, de facto, o Sr. Alves Rito falou num valor dos resultados, ou melhor, do volume de negócios do grupo, mas o jornal tem uma edição no concelho a um determinado dia com um número de exemplares que à semelhança de outro agente nunca sabe se são efetivamente aqueles, pelo menos aqueles que foram anunciados no passado e, portanto, procura-se nesta matéria dar o contributo. A câmara

municipal tenta fazer esta distribuição não na lógica do apoio, muito menos de qualquer controlo ou subserviência relativamente a posturas e estatutos editoriais, mas na lógica dos recursos que tem para aplicar na divulgação das iniciativas que leva à prática. Deve dizer que ficou muito satisfeito pelos resultados de um anúncio em que este ano se inovou, foi o de fazer uma página inteira em dois jornais regionais, a um preço especial, que se agradece, mas que de facto contribuiu para alertar para o «Eu participo», e funcionou, se calhar têm de se fazer mais ações desta natureza. Agora há quem diga que não vai ao «Eu participo» só porque vê nos jornais. Há cerca de dois anos - nesta sala e nesta câmara e numa reunião destas - falou-se da necessidade do som de rua; pois bem, investiu-se no som de rua. Procura-se que as campanhas de comunicação tenham efeito. A questão dos 22.000 euros desmente sobretudo o valor de que havia 5.000 euros em orçamento e se o Sr. Alves Rito consultou o que lá está escrito na introdução deve considerar que a introdução é uma introdução muito resumida, se consultar as rubricas que estão disponíveis dá 49.250 euros, mais 8.700 euros em verbas a definir, e tem lá onde é que a publicidade é obrigatória. Nas restantes rubricas há mais, por exemplo, acabam de fazer este apoio à Rota dos Vinhos, para o festival do moscatel, e estão incluídas despesas de comunicação. Não é o município que vai fazer a compra das telas das setas direcionais como acontece noutras iniciativas. O Sr. Alves Rito falou em 22.000 euros numa campanha; pois houve uma campanha no âmbito do ambiente que durou 3 anos, teve duas vezes 29.000 flyers nas cartas da água, teve outdoors, teve anúncios inclusivamente no seu jornal “palmela tem bom ambiente” e estes 22.000 euros são uma obrigação que o município impôs a quem ganha o concurso de fazer investimentos neste valor, mais, inclui até ações de sensibilização e brindes e outras coisas feitas nas escolas. Há muitas formas de fazer comunicação e sensibilização. Têm muita consideração pela comunicação social; não se revêm noutros modelos que existem de norte a sul do país que já havia alguns em que são claramente jornais que são boletins, nem diria municipais, são boletins de algumas forças políticas de algumas personalidades. Na área da informação e da comunicação têm obrigações para com os seus munícipes. E pergunta: 10.000 boletins chegam? Para o concelho de Palmela não chegam. Acreditam que a comunicação social também faz esse papel: de levar as notícias da câmara municipal às pessoas que também estão fidelizadas; têm de arranjar outra fidelização da parte de outros anunciantes, sendo que contribuem para que tenham também outros anunciantes. *Facebook* e *Instagram*, ainda bem que suscitou esta questão, porque, de facto, pessoalmente também não se revê no texto que lá está. Isto de se fazer uma introdução é algo que é feito nos últimos momentos quando tem de se entregar o documento; o documento que tem lá tudo, no *Facebook* e no *Instagram* não se vão comprar anúncios e promoções nada disso. Assumem é que o «nosso» *Facebook* precisa de ser dinamizado e precisa de ter uma filosofia de atuação que não é a de cada serviço andar a brincar aos “facebook”, porque há uma estratégia definida que no futuro coordenará melhor este conjunto de publicações e seria completamente patético que qualquer município e qualquer instituição, neste momento, não utilizasse esses meios e utilizá-los bem não é sem estratégia. Não significa que se privilegiem uns em

detrimento da comunicação social regional que tem um papel que nós respeitamos, que prezamos, e estão disponíveis, por vezes, para discutir até estratégias de informação e de comunicação e de campanhas que tenham impacto como estes do ambiente junto dos munícipes, mas naturalmente só fazem publicidade daquilo que importa fazer. Há uma diferença entre a questão do serviço público e a da ética; isso não se confunde. Do ponto de vista ideológico está perfeitamente à vontade. Apoiam, inclusivamente, órgãos regionais abrindo-lhes portas junto de anunciantes, apoiam órgãos regionais trabalhando em parceria nalgumas iniciativas, apoiam órgãos regionais cedendo instalações para realizarem iniciativas, é a sua função de serviço público. Não podem é ter orçamentos que se resumem a ações de propaganda. O orçamento tem espaço para a obra e para a atividade, e essa obra e essa atividade precisam de divulgação; por exemplo, as obras dos fundos comunitários são obrigatoriamente divulgadas e há uma verba específica para isso. Agora se é através dum placard, se é através de uma placa no local, se é através de uma notícia ou se é através de um anúncio, nem todas são da mesma metodologia; obviamente que não o vão fazer nos órgãos nacionais, vão fazê-lo nos órgãos regionais. Procuram utilizar com parcimónia, mas sobretudo com rigor os dinheiros públicos nesta questão da publicidade. Não quer que entendam isto como um apoio. Há um serviço que se estima que é bem feito, que tem alcance e tem de se pagar. Crê que vale a pena uma reflexão profunda sobre esta temática. É um desafio que os órgãos de comunicação social podem e devem promover, porque sabe que há títulos novos que querem sair, houve títulos que apresentaram plataformas digitais como a solução do futuro e em que se pode fazer publicidade; são todas propostas bem intencionadas, honestas e bondosas, mas tem de se refletir se há condições para tanta gente. Da parte da autarquia procura-se sobretudo ter rigor na aplicação dos dinheiros públicos e não deixar de fazer publicidade quando é necessário e quando não é; outro tipo de apoios não dá. Estão disponíveis para encontrar outras soluções.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião deixa de ser participada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro (18,35 horas).

Sr. Alves Rito (1.)

Volta a usar da palavra o **Sr. Alves Rito** para mencionar o seguinte: "o Sr. Presidente muito bem falou, que se for feito um apanhado transversal ao orçamento, este aproxima-se dos 50.000 euros.

O **Sr. Presidente** refere que mais concretamente são 57.550 euros.

O **Sr. Alves Rito** refere que presume que isso não seja assim um valor 10 vezes superior àquilo que estava no orçamento anterior do ano passado.

O **Sr. Presidente** refere que subiu 16,8% face a 2016.

O **Sr. Alves Rito** refere que essa distribuição por diversas rubricas também já haviam no passado e a materialização, em termos de contas, no caso do Diário da Região foi de 4.100 euros euros. Diz isto para que não fique a ideia que na sua primeira intervenção se queixava que era pouco, quando afinal até não o é. Por outro lado, refere que a menção ao *Instagram* e ao *Facebook* e ao que é escrito no orçamento, serviu apenas de exemplo para até que ponto é que a comunicação social local está esquecida. A única referenciazinha que há ali no orçamento, para esse tipo de comunicação, quando se fala em diversos pontos sobre comunicação e a essas redes sociais não se faz qualquer outra referência.

Em relação ao resto, em termos muito gerais, diz que conhece as atribuições da câmara municipal, da assembleia municipal, sabe bem quais são as funções de cada um, mas considera que esta reflexão é importante pois uma boa parte dos eleitos nunca tinha pensado sobre isto. Nunca tinham pensado que têm um setor que é verdade que é o setor privado, mas que talvez merecesse ser mais acarinhado.

O Diário da Região já uma abrangência e até uma receita bastante diversificada pelo distrito de Setúbal, mas poucos no concelho de Palmela, apesar de esta ser a sede fiscal física. São a única empresa de comunicação social no concelho de Palmela, que paga Derrama, quando tem lucro. Acrescenta que não conhece ninguém no setor da comunicação social no distrito, e muito menos em Palmela, que tenha feito fortuna com este setor. O Diário da Região, como também tem imóveis, também contribui através do IMI, é contribuinte com sede fiscal no território, mas já começa a ser estrategicamente errado estar no concelho de Palmela.

Refere que tem grande orgulho de um dia ter recebido a medalha de mérito atribuída pelo município de Palmela. Se o concelho de Palmela é um concelho relativamente dinâmico, nesta matéria da comunicação social, é porque houve fatores humanos que fizeram com que isso acontecesse.

Sra. Fátima Brinca (2.)

Regista que a sua intervenção se prende com a intervenção do Sr. Alves Rito (1.).

Menciona que a câmara de Palmela é tal como a câmara do Montijo a única que paga a tempo e horas; em Setúbal pagam a 3 anos.

A câmara de Palmela, além de apoiar os órgãos de comunicação regionais, paga a tempo e horas; seja muito, seja pouco, paga. Porque há quem tenha muito mas regista um atraso de 3 anos, é preciso que se diga isso também. A autarquia apoiou o jornal onde foi diretora (Jornal do Pinhal Novo), e continua a apoiar, ainda que a pagar menos, o atual jornal (Setubalense), a rádio "Som do Pinhal" (que agora é Popular).

O **Sr. Presidente** refere que esta é uma reflexão oportuna, mas que não se esgota naquilo que foi dito hoje. O executivo ficou sensibilizado para a necessidade dessa reflexão. Prezando, naturalmente fatores, como como a independência da comunicação social, face à excessiva dependência patente das entidades locais, noutros sítios do país. Há muitas formas de atuar, pelo que a câmara procurará, enquanto tiver condições financeiras, não deixar de publicitar e de informar os munícipes naquilo que há para informar. Vale a pena uma reflexão profunda sobre esta matéria.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco